



## EDIFÍCIOS SÃO MARCOS E “PREVIDÊNCIA” CAIXA PAULISTA DE PENSÕES: arquitetura moderna e substituições estilísticas no Centro Histórico de São Paulo.

**RIBEIRO, ALESSANDRO JOSÉ CASTROVIEJO. (1)**

1. alessandro.castroviejo@gmail.com

**OLIVEIRA, MARÍLIA A. L. (2)**

2. marilia.lucchesi@hotmail.com

### RESUMO

Este artigo trata das pesquisas em torno da arquitetura moderna no Centro Histórico de São Paulo: documentação e crítica. O ponto de partida foi o edifício São Marcos, 1959: significativo exemplar moderno situado à Praça da Sé, de autoria do importante arquiteto imigrante de origem alemã Adolf Franz Heep. Os estudos abarcaram além das bibliografias, processos legais, visitas in loco e descrição das ocupações anteriormente ocorridas no mesmo lote, através das várias cartografias históricas da cidade e consultas ao acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz. Esta reconstituição das ocupações anteriores, justificam-se porque os edifícios modernos, construídos no Centro Histórico de São Paulo, assentam-se sobre um tecido pré-existente de origem na cidade colonial e eclética. Neste caminho, foram encontrados os projetos do edifício “Previdência” Caixa Paulista de Pensões, 1912, de autoria do também importante arquiteto imigrante italiano Julio Micheli; um belo exemplar da arquitetura eclética que viria a ser substituído pelo prédio moderno edificado no mesmo terreno e cuja forma final reproduz as mesmas projeções da ocupação anterior. Estes encontros espaciais, e porque não temporais, revelam contradições entre a arquitetura moderna e a cidade tradicional: seja pela questão da substituição peremptória de estilos, seja dificuldade de forma imposta pela cidade histórica.

**Palavras-chave:** Arquitetura moderna; Cidade tradicional; Arquitetura eclética.



## Introdução

As pesquisas, em torno destes dois prédios entrelaçados, procuraram ampliar a documentação e a reflexão existente acerca dos edifícios modernos construídos no Centro Histórico de São Paulo<sup>1</sup>. A primeira intenção foi a de entender a formação do edifício São Marcos, 1959, situado à Praça da Sé, no marco zero do Centro Histórico da cidade é de autoria do importante arquiteto imigrante de origem alemã Adolf Franz Heep. Por decorrência, levantar e descrever as primeiras ocupações anteriores em seu lote, a partir das plantas cadastrais da cidade. Nesta investigação, foi encontrado o edifício da “Previdência” da Caixa Paulista de Pensões, 1912, de autoria do também arquiteto imigrante Julio Micheli: um belo exemplar da arquitetura eclética, que foi demolido e substituído pelo edifício moderno - que hoje ocupa sua exata projeção. Pesquisas documentais foram realizadas nos arquivos Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz (AHMWL) e do IPHAN (registros do arquivo corrente da PMSP). Análises dos mapas cadastrais da cidade complementaram estas pesquisas na intenção de descrever as sucessivas ocupações nos lotes que deram origem ao São Marcos. A intenção foi a de compreender melhor as relações entre o edifício moderno e a cidade tradicional através de alguns de seus elementos morfológicos: a rua, a quadra, o largo, os alinhamentos, as fachadas, as formas do lote e as normas urbanísticas de caráter moderno; mais notadamente aquelas que tiveram origem nos problemas em torno da salubridade das habitações, que tanto enformaram estes edifícios modernos. Mas, também, ponderar sobre o caráter e consequência destas intervenções e substituições estilísticas sob as ideias de arquitetura e da cidade moderna: bons e belos edifícios foram demolidos, o “Previdência foi um deles. Assim, prosseguem as descrições pormenorizadas tão necessárias para melhor construir argumentos e juízos em torno destes dois edifícios, mas, também, para desvelar seus atributos e inconveniências (Figura 1 e 2).



**Figura 1. Ao fundo e mais alto, Edifício da “PREVIDÊNCIA” Caixa Paulista de Pensões, 1925 – 1930**

Fonte: A – Instituto Moreira Sales, 2020

<sup>1</sup> Os estudos destes edifícios encontram-se no âmbito das pesquisas denominadas “O Centro Histórico de São Paulo: documentação e estudos de reabilitação” patrocinadas pelo Mackpesquisa/ UPM, sob liderança do prof. Dr. Marcos José Carrilho.



Figura 2. Edifício São Marcos, 2020  
Fonte: AJCR, 2020

## Edifício “Previdência” Caixa Paulista de Pensões

O edifício da “Previdência” da Caixa Paulista de Pensões foi projetado pelo engenheiro e arquiteto italiano Julio Micheli, conde florentino e vindo de uma família nobre italiana. Após ter viajado por toda Europa fixa sua residência em São Paulo em 1888, aos 26 anos. Dentre todos os seus projetos se destacam, o Viaduto da Santa Efigênia, os edifícios para abrigar o Banco Francês Italiano e o Instituto Médio Dante Alighieri. Franco Ceni mencionava, em “Italianos no Brasil: Andiamo in’Mérica”, que Julio Micheli havia projetado o prédio da Previdência, então a única construção de cinco andares na época da cidade de São Paulo.

[...] várias construções nos mais diversos estilos, inclusive o tipicamente florentino, e outros naquele estilo floreado tão cheio de grinaldas presas a bocas de animais, de folhagens e de frutas, de máscaras e de medalhões. Construíram nesse estilo o prédio da Previdência, na esquina do largo da Sé com a rua Quinze de Novembro e a rua Anchieta (o primeiro edifício de cinco andares da cidade), e o palacete da Livraria Alves, na Rua Líbero Badaró, dos mais característicos e completos no gênero. (CENNI, Franco. Italianos no Brasil: “Andiamo in’Mérica”. São Paulo: Edusp, 2003, p.411).

Pesquisas no Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz (AHMWL) visando identificar construções antecedentes nos lotes ocupados pelo Edifício São Marcos, permitiram localizar dois processos (1912 e 1914) referentes ao Edifício “Previdência” Caixa Paulista de Pensões, com autoria de Julio Micheli, confirmando informação mencionada por Ceni. Nos projetos de 1912<sup>2</sup> a construção possuía três frentes: uma voltada para

---

<sup>2</sup> Em 1912 foi dado entrada no processo administrativo para a construção do edifício da Previdência na rua 15 de Novembro n°4, esquina com a rua Anchieta e Largo da Sé n°3, que tem suas plantas, cortes e elevações, assinadas por Julio Micheli, já incorporando, o “abrasileiramento” de seu nome de origem italiana Giulio Micheli.



a Rua Anchieta, outra para a 15 de Novembro e a última para o Largo da Sé. Fazia parte do processo a construção de um pavimento de subsolo, fato raro para a época. Em 1914, um novo processo de reforma dava forma final ao projeto do Previdência; nele, havia à anexação de um novo lote pela Rua Anchieta e relatava obras já em andamento:

“O prédio do qual se pede agora a aprovação da planta, será construído em continuação em continuação do outro já quase pronto a Rua 15 de Novembro esquina da Rua Anchieta, com a qual tem de formar um prédio único, com mesma altura, igual número de andares e servido pelos mesmos elevadores e escada central (Processo nº. 1769. AHMWL)”.

Na planta da cidade de São Paulo levantada pela companhia Cantareira e de Esgotos em 1881 (Figura 3) é possível perceber os lotes e construções anteriores ao Previdência: o lote maior voltado para Rua Anchieta (antiga Travessa do Colégio); dois lotes para XV de Novembro (antiga Rua Imperatriz), e mais dois outros, com frente para o Largo da Sé. Nesta ocasião, eles ainda não se encontravam lembrados. No mapa Sara Brasil de 1930 (Figura 3), todos estes lotes já se encontravam agrupados, conferindo forma final à ocupação do Previdência, que ocupava então todo o terreno, até as divisas e alinhamentos: a exceção fica por conta dos três vazios destinados aos poços de iluminação e ventilação dos compartimentos interiores. Na planta o mapa Vasp-Cruzeiro de 1954 percebe-se que a projeção do edifício permaneceu a mesma (Figura 4).



**Figura 3. A - Planta da cidade de São Paulo, 1881; B – Mapeamento Sara Brasil**  
Fonte: A - Arquivo Histórico Washington Luiz; B – Geo Sampa, 2020

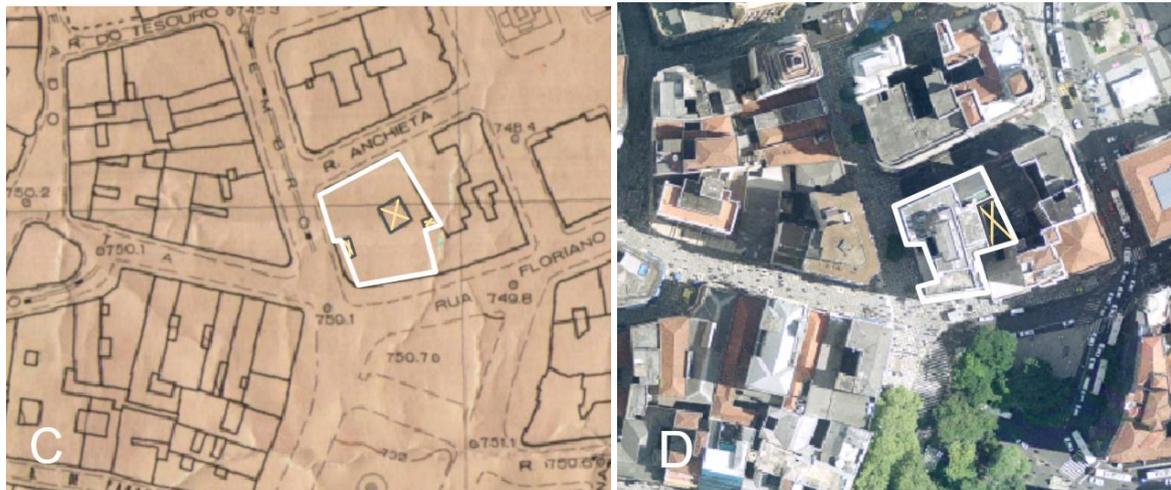


Figura 4. C – Mapeamento Vasp Cruzeiro, 1954; D – Ortofoto MDC, 2004

Fonte: GeoSampa, 2020

O edifício da “Previdência” Caixa Paulista de Pensões possuía uma volumetria finalizada numa mesma altura. Entretanto, essa aparente uniformidade, ou percepção, fora fruto de uma composição que diluía, ou melhor, incorporava habilmente a diferença de um pavimento voltado para o Largo da Sé, e outro maior disposto para a Rua Anchieta; em decorrência do desnível entre os dois logradouros. Um corte, longitudinal mostra que o corpo voltado para o largo possuía cinco pavimentos e um subsolo, enquanto o voltado para a Rua Anchieta, tinha uma sobreloja a mais.

No projeto de 1914, além da incorporação de um lote, também ocorreu o acréscimo de outro pavimento sob as águas furtadas. Sendo assim, o edifício da “Previdência” Caixa Paulista de Pensões passou a ter seis pavimentos. De qualquer maneira, o desnível entre volumetrias permaneceu quase imperceptível na habilidade compositiva do arquiteto.

Há que observar uma mudança importante entre um projeto e outro. Nas plantas de 1912 há uma circulação muito bem definida: um núcleo de escada, elevador e sanitário, ladeados por duas áreas abertas (poços) que dividia e articulava as duas partes principais, voltadas para Anchieta e Largo da Sé. Um segundo hall dava acesso às salas voltada para a Anchieta. Nas modificações de 1914, este esquema foi mantido, porém, houve a necessidade de prolongar os corredores paralelos às fachadas de modo a permitir acesso às salas, definindo assim as circulações e articulações do tipo. O edifício em 1912 apresentava dois vazios, na ampliação no projeto de 1914, passariam a ser três, além de incorporar um sanitário a mais por pavimento. (Figuras 5, 6 e 7).

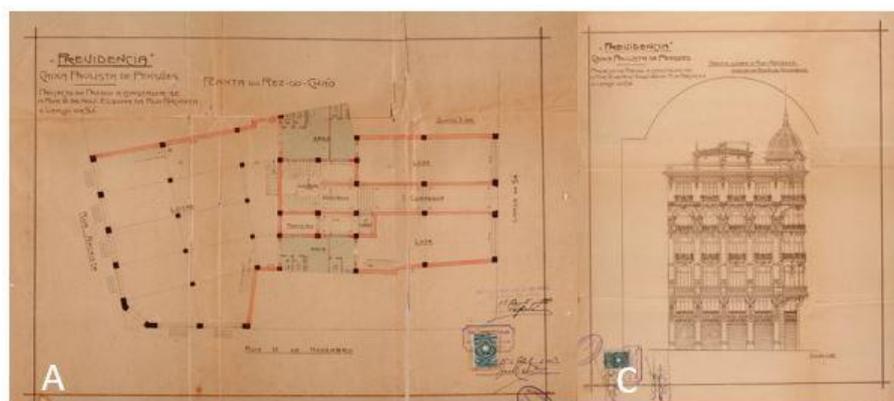


Figura 5. A – Rez do Solo, 1912; C – Elevação Rua Anchieta com a 15 de Novembro, 1912  
Fonte: Arquivo Histórico Washington Luis, 2020

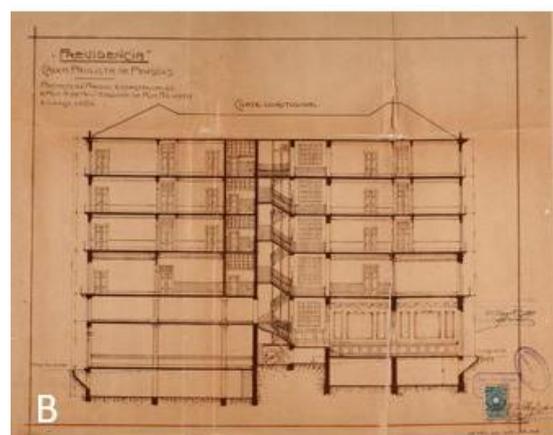


Figura 6. B – Corte Longitudinal, 1912;  
Fonte: Arquivo Histórico Washington Luis, 2020

Do primeiro ao quinto andares se reproduz o esquema do pavimento tipo: corredores dando acessos às salas de trabalho, nomeadas as vezes pelas funções administrativas. Ressalva se faz ao terceiro pavimento que abrigava ambientes para o diretor, diretoria, secretaria, médico, dois salões para possíveis reuniões e um sanitário, com quatro mictórios e duas cabines com vasos sanitários. Doze salas de tamanhos variados destinadas à aluguel, faziam parte deste tipo. O ático do edifício também era ocupado por dezenove salas.

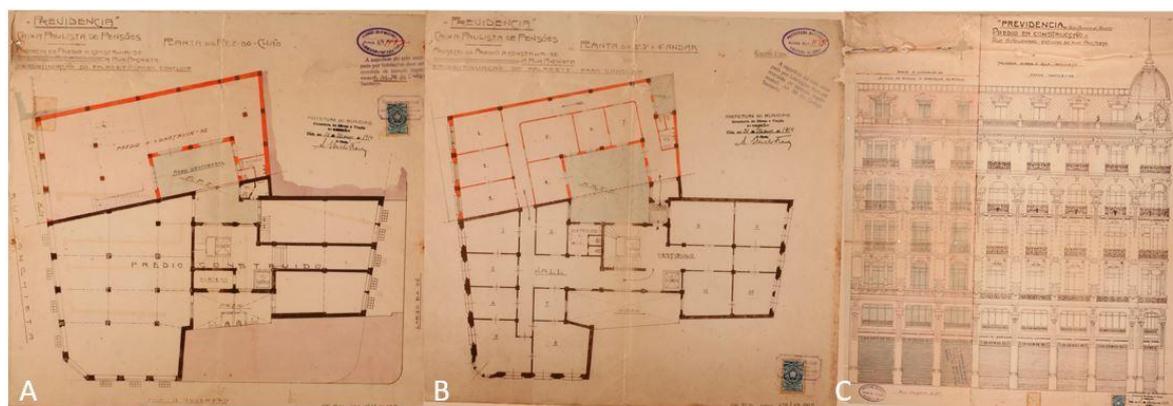


Figura 7. A – Rez do Solo, 1914; B – Pavimento Tipo, 1914; C – Elevação Rua Anchieta com a 15 de Novembro, 1914  
Fonte: Arquivo Histórico Washington Luis, 2020



Observando os desenhos do projetos pode-se perceber que a estrutura possuía uma modulação definida pelos vãos e espaços dos compartimentos. Havia um bloco central destinado a circulação vertical, constituída por uma escada em torno do elevador principal; outro secundário, encontrava-se disposto no corredor lateral.

As fachadas do edifício são marcadas pelo ritmo das colunas salientes e trabalhadas pelos ornamentos, quase sempre compartilhadas de acordo às medidas dos compartimentos. A modenatura é clara, e em boa parte das circunstâncias concilia função estrutural e composição estilística. A maestria é notável, sobretudo, pela irregularidade do lote, das plantas e volumetrias.

Nas fachadas, observamos térreo e a sobreloja amplas portas comerciais no intercolúnio: tratadas com certa descrição. Na medida em que os pavimentos se sobrepõem as colunas e seus tratamentos tornam-se mais elaborados, pelo acréscimo dos balcões de ferro e outros elementos de ornamentação. Embora, os tratamentos nas colunas se alterem, as linhas de sustentação enfatizam sempre o sentido de ordenação visual que hierarquiza conteúdos ligados ao programa e aos princípios de composição clássicos. No coroamento das fachadas o nome do edifício - "Previdência" - indicava a natureza de sua ocupação. Na esquina da rua Anchieta com a XV de Novembro, uma cúpula e um relógio, assinalavam a entrada para o salão público das instalações da Caixa Paulista de Pensões. O acesso administrativo ocorria pelo Largo da Sé. De toda maneira, fica evidente no tratamento das fachadas uma ordem do embasamento ao coroamento, que explicitava hierarquias que correspondiam, em parte, aos usos e importâncias das ocupações na intenção de manifestar o caráter e nobreza do edifício. Nos final dos anos de 1950, o Previdência fora então demolido dando lugar ao São Marcos projetado por Adolf Franz Heep.

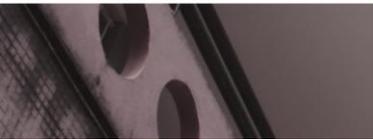
## Edifício São Marcos

### Processos

Nas consultas aos processos <sup>3</sup> de aprovação do edifício São Marcos identificou-se que o responsável pelo início dos processos administrativos para a construção do edifício em 1952 foi o engenheiro e arquiteto Luiz Contrucci e teve como cliente Attílio Matarazzo, filho do empresário Francesco Matarazzo. Em 1955, foi feito um pedido o despejo dos inquilinos do Edifício da Previdência, que foi julgado em 1956, ordenando a desocupação definitiva até janeiro de 1957. Nesse mesmo ano, foi solicitada a permissão para a demolição definitiva do edifício.

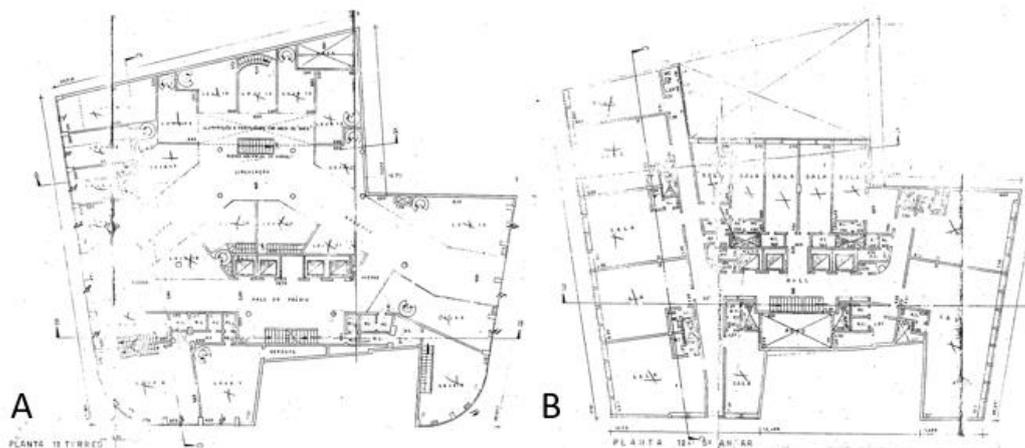
---

<sup>3</sup> Processos consultados no Arquivo Corrente da Prefeitura (arquivo Iphan): 184-0.017.116 - 0; 184-0.013.141-0 e 184-0.013.140-1.



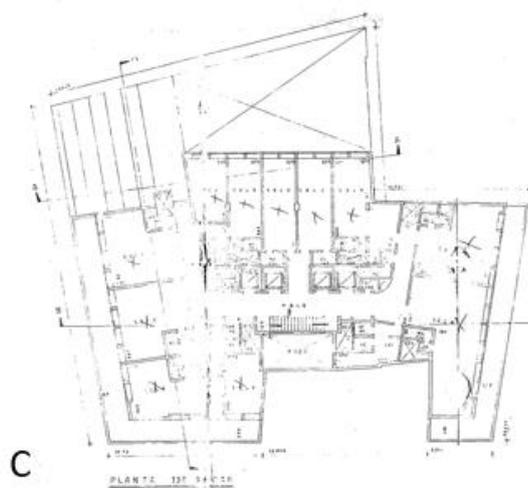
Em 1958, foi dado entrada a um processo para a substituição de plantas a pedido do engenheiro e arquiteto Luiz Contrucci, pela Construtora Heep Ltda., tendo como responsável técnico o arquiteto Ivan Gilberto Castaldi, e como responsável pela execução da obra o engenheiro civil Elgson R. Gomes. A autorização da substituição das plantas ocorreu e um novo alvará estipulava a construção de um edifício de 16 pavimentos, subsolo, ático para seis lojas, 131 escritórios e um apartamento.

Em 1959, surge outro processo pedindo a substituição de plantas tendo como autor do projeto Adolf Franz Heep. O memorial descritivo sem modificações foi assinado atormente pelo representante técnico, o arquiteto Ivan Gilberto Castaldi, e responsável técnico pela execução da obra o engenheiro civil Elgson R. Gomes que faziam parte da construtora de Heep.



**Figura 8. A – Térreo, 1959; B – Pavimento tipo, 1959**

Fonte: Arquivos do Iphan, 2020



**Figura 9. C – Planta do 13° Pavimento, 1959;**

Fonte: Arquivos do Iphan, 2020

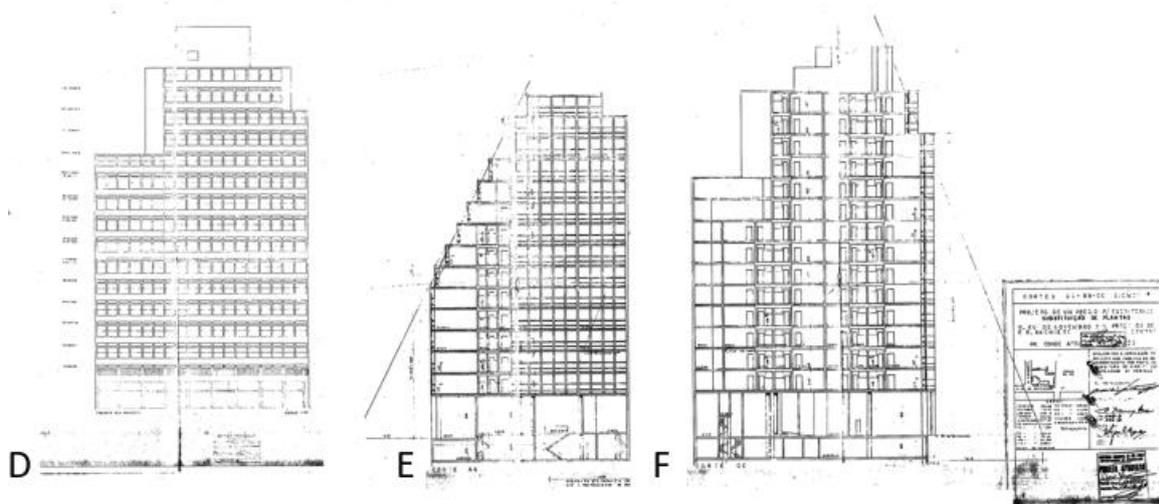
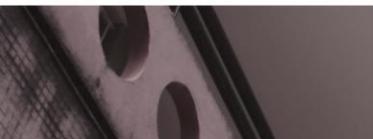


Figura 10. D – Elevação da vista da Praça da Sé, 1959; E – Corte transversal, 1959; F - Corte longitudinal, 1959  
Fonte: Arquivos do Iphan, 2020

### Memoriais descritivos

No primeiro memorial descritivo (1957) constava que o edifício teria fundação (estacas) e estruturas em concreto armado, com teor de 300kg de cimento por metro cúbico. A alvenaria seria de tijolos comuns tanto em fundações como em elevação assentados com argamassa de cimento e areia em concentração (1:4) para os dois casos, cobertura em lajes de concreto armado devidamente impermeabilizadas e com isolante térmico e forro sob laje feito de chapisco de cimento e revestimento comum. Os revestimentos seriam de pastilhas “Argilex” nas fachadas principais, pastilhas “Vidrotil” no Hall, já as empenas e fundos em revestimento normal para caiação, barras de azulejo com 1,50m são destinadas as áreas de sanitários, cozinha e lojas, e o resto dos ambientes internos teriam revestimentos comuns. O piso do hall de entrada, banheiros, cozinha e instalações sanitárias teriam piso em pastilhas “Argilex”, no hall interno, escadas e passagens teriam acabamento em “Granilite” e taco de peroba nas salas e lojas.

As esquadrias foram especificadas de ferro nas janelas de correr, de vidro duplo transparente das fachadas, nas basculantes de internas com vidro tipo fantasia e na porta da entrada principal que teria vidro triplo transparente, e de madeira no restante de portas que seriam do tipo liso de cedro. O projeto previa a instalação de quatro elevadores podendo ser da marca “Atlas” ou “Ottis”. Ainda há um detalhamento em relação aos tipos de pintura, sendo à cal para revestimento normal, como dito acima, internamente, nos



forros e acima das barras, à óleo nas passagens, em toda altura do pé direito e esquadrias de ferro e meio esmalte nas portas internas<sup>4</sup>.

Nas análises do processo, foi solicitado que o projeto se adequasse às normas, que tratavam das necessidades de iluminação e ventilação. Anotações chamavam atenção para as fachadas e escalonamentos relativos à Rua Anchieta, que tinha largura de 10m e as construções da rua deveriam obedecer o D.L 92/41, art 4º, que dispunha que a altura ou ponto de traçado da hipotenusa do diagrama de insolação, deveria atender a 2 vezes a largura da rua. O alvará de construção autorizava então um edifício de 16 pavimentos: subsolo com duas caixas d' água, ático para cinco lojas, um apartamento e 220 escritórios.

A legislação da época, que tratava das taxas de ocupação, coeficientes e condições de iluminação e ventilação, era normatizada a partir da largura das ruas e logradouros, resultando nos marcantes recuos sucessivos que tanto pontuam a paisagem no centro de São Paulo. Este desenho era resultado do diagrama traçado a partir da hipotenusa - do triângulo retângulo – formado pelos catetos da largura da rua e alinhamento vertical na testada lote.

Como consequência dessa legislação, o São Marcos passou a ter uma configuração volumétrica descontínua: uma certa decomposição, que pode ser observada em seus quatro corpos ou partes. Três deles de mesma altura e um quarto escalonado. Os dois mais notáveis postados para a Praça da Sé e Esquina da XV de Novembro com Anchieta, tem maior altura devido à largura da rua ser maior e só recuam a partir do 12º pavimento. O terceiro, corpo, de difícil visualização, está voltado para uma das empenas laterais do lote – em planta ele encontra-se bem definido, até porque nele se encontram os elevadores. O quarto, de frente para a Rua Anchieta, de largura bem menor, revela o escalonamento em todas suas restrições e características. Na legislação havia uma disposição que permitia estender a melhor condição de gabarito para a rua mais estreita, na extensão de 20 metros a partir da rua/esquina mais privilegiada, ou de maior largura. (Figuras 8, 9 e 10)

Sob esta volumetria o programa e usos foram alojados da seguinte maneira: no subsolo com caixas de água e depósitos; no térreo, galeria comercial com sete lojas no interior da galeria e outras dez lojas voltadas para as ruas Anchieta, XV de Novembro e Praça da Sé. Observa-se que as lojas voltadas para Anchieta tinham também sobreloja, propiciado pelo declive em relação à Sé. O pavimento tipo do primeiro ao quinto andar passa a ter 13 salas com banheiro privativo, além dos dois banheiros no corredor e um vestiário. Nas plantas

---

<sup>4</sup> Algumas alterações nas especificações iniciais ocorreram como: das pastilhas externas e internas, os pisos das salas continuam de taco de peroba, porém acrescentam a possibilidade de talvez serem de embuia. Quanto às esquadrias, menciona-se que suas especificações seriam encontradas nos detalhes projetuais.



de 1958, apresentava 10 salas comerciais, cada uma com um sanitário privativo, mais dois sanitários no corredor e um vestiário.

A partir do sexto pavimento, no corpo do edifício voltado para a Rua Anchieta, há o início do escalonamento, ou recuos sucessivos, até o décimo quarto pavimento. Por este motivo há uma acomodação quanto ao número de escritórios, pelo fato de que área útil fica forçosamente reduzida. Pelo mesmo motivo, ocorre a interrupção de salas no décimo primeiro pavimento. Nas demais situações e volumetrias os recuos ocorrem a partir do décimo terceiro pavimento. Nos cortes longitudinais, estas situações ficam claras.

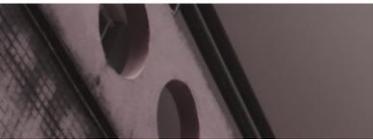
Colin Rowe (1978, p.91), assevera que a arquitetura moderna elevou o papel da estrutura ao nível de importância das antigas ordens clássicas. No São Marcos, vê-se a procura de uma modulação estrutural a despeito das irregularidades do lote; um embate técnico e estético que Heep enfrentou na definição das fachadas do edifício: o protagonismo evidente da estrutura permanece, lá está, mas diluída na modulação “standardizada” dos elementos (espaletas) que enquadram as esquadrias. Nestas condições, há no edifício uma nova ideia de ordem, técnica, construtiva e estética, mas não há o descarte por completo da modenatura compositiva que ali ainda se faz presente.

### **A forma dos edifícios São Marcos e Previdência**

Confrontando os diversos mapas cadastrais e a ortofoto, de 2004, MDC da cidade de São Paulo, percebe-se que o edifício São Marcos ocupou a mesma projeção já descrita para o Previdência - Caixa Paulista de Pensões: resguardando-se um pequeno acréscimo voltado para a Praça da Sé e XV de Novembro. Ainda hoje existente e ocupado por um edifício baixo composto por térreo, sobreloja e mais três pavimentos.

Se no São Marcos a ocupação permanece análoga, o mesmo não pode ser dito sobre sua volumetria. Mudanças nos parâmetros urbanísticos, motivados por uma intensa e imperiosa verticalização, com novos coeficientes de aproveitamento, e novas normas para a iluminação e ventilação, por meio dos recuos sucessivos, modificaram substancialmente a volumetria final. Pode-se dizer, com reservas, que ocorreu uma “extrusão” literal sob a ocupação anterior; embora, a volumetria final, em virtude dos setbacks, se configure um tanto descontínua. Entretanto, no tratamento dado às fachadas, nota-se a intenção estabelecer uma uniformidade estilística para o conjunto construído: em todas as suas fachadas há a presença da modenatura compositiva, agora sob um desígnio moderno.

Em “La Crisis del objeto: dificultades de textura”, Colin Rowe e Fred Koetter, formulam uma teoria crítica sobre a cidade moderna. Utilizando-se dos mapas de figura e fundo (cheios e vazios) confrontam por essas categorias a cidade tradicional e a cidade moderna. Os edifícios modernos e a cidade moderna, nos termos dos autores, promoveram aquilo que chamaram de a crise do objeto. Ou seja, na cidade tradicional os elementos primários como lote, quadra, rua, praça, e os edifícios construídos, formam um tecido no decorrer



de um longo período. De tal maneira que aquilo que se identifica ou se nomeia como figura é o espaço público; conformado pelo conjunto dos edifícios que os delimitam e lhe dão forma. Ao contrário, na cidade moderna (sobretudo a idealizada), o tecido tradicional é substituído por grandes sistemas de circulação e novas divisões fundiárias: assim, os edifícios se apresentam soltos no espaço. A figura então passa a ser o edifício, e por decorrência, tem-se a dissolução (dispersão) e descaracterização daquilo que se denomina como espaço público. A crise do objeto seria, então, a incapacidade do edifício moderno de sugerir ou conformar o espaço público nos termos e relações anteriormente edificados (Rowe; Koetter, 1998, p. 58).

Neste sentido, o edifício São Marcos, inserido no tecido da cidade tradicional, confirma e contraria ao mesmo tempo os pressupostos levantados por Rowe e Koetter: ele carrega em sua linguagem e procedimentos construtivos, o ideário moderno, no entanto, submete-se aos imperativos da cidade tradicional. O edifício ocupa, praticamente, toda a projeção do terreno: exceto por um poço de iluminação e os a partir das disposições dos setbacks. Esta talvez seja a condição mais peculiar dos edifícios modernos construídos no centro de São Paulo. Eles não podem atar-se incondicionalmente aos princípios modernos de isolar-se no lote, ou gleba, em razão de uma melhor salubridade ou idealidade. Pelo contrário, estão forçosamente dispostos sobre os alinhamentos da rua, conformando uma “parede interna” que encerra o espaço público. Além, deste aspecto, a rua, ou praça, por meio de sua larguras vão também deixar sua marcas na volumetria final, em razão da regra dos recuos sucessivos.

O edifício São Marcos expressa a racionalidade e a beleza moderna com dificuldades, pois ele nasce tópico, atrelado à morfologia do Centro Histórico de São Paulo, substituiu incontestemente o Edifício da Previdência “Caixa de Pensões”: que agora, só existe ou persiste nos registros e na memória: a cidade perdeu um belo edifício.



## Referências bibliográficas

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: 'andiamo in ' Merica...'**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 535 p. ISBN 8531406714

RIBEIRO, Alessandro Jose Castroviejo. **Edifícios Modernos e o Centro Histórico de São Paulo: dificuldades de textura e forma**. 2010. 302 f. Doutorado (tese) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

ROWE, Colin; KOETTERr, Fred. **Ciudad Collage**. Trad: Esteve Rimbau Sauri. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

**Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos**. Barcelona: G. Gili, 1978. 218 p. (Arquitectura y crítica). ISBN 8425207231.

Processos consultados no Arquivos do Arquivo Histórico Washington: n° do Processo 1827ª; n° do Processo 1769 n° do alvará 1195.

Processos consultados no Arquivo Corrente da prefeitura (Arquivo Iphan): 184 – 0.017.116 – 0; 184 – 0.013.141 – 0; 184 – 0.013.140 – 1;

Cartografias consultadas: Mapa Sara Brasil (1930); Mapa Vasp-Cruzeiro (1954); Planta de São Paulo (1881); Ortofoto MCD (2004)